TRABALHADORES
DO CARNAVAL
E SÃO JOÃO
ESTÃO CADA
VEZ MAIS PERTO
DE RECEBER
AUXÍLIO
EMERGENCIAL

Pág. 24

Bacelar

Deputada Federal (BA)

DEPUTADO DIEGO GARCIA É DESIGNADO RELATOR DA SUBCOMISSÃO ESPECIAL PARA OS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES

Pág. 08

MEDEIROS É O DEPUTADO DO PODEMOS MAIS INFLUENTE NAS REDES SOCIAIS

Pág. 20







já disponível na Apple Store e no Google Play.



### SUMÁRIO

- 4 Deputado Diego Garcia é designado relator da Subcomissão Especial para os Direitos das Crianças e dos Adolescentes
- 6 Os sonhos das crianças são responsabilidade nossa
- Comissão aprova projeto de Teobaldo para isenção de IPI na compra de computadores e tablets por alunos de baixa renda
- Rodrigo Coelho defende a inclusão previdenciária para entregadores e motoristas de aplicativos
- Projeto de Léo Moraes põe Brasil na vanguarda do marco legal da IA
- Deputado José Nelto apresenta projeto para inserir empreendedorismo e educação financeira no currículo escolar nacional
- Renata e Podemos Mulher mobilizados para aumentar presença feminina no poder
- Roberto de Lucena preside Comissão Geral sobre a fome na Câmara dos Deputados
- Medeiros é o deputado do PODEMOS mais influente nas redes sociais
- 22 Igor Timo pede à Petrobras que apresente base de cálculos para justificar gasolina custar R\$ 7 no país, preço de ouro
- Trabalhadores do carnaval e São João estão cada vez mais perto de receber auxílio emergencial

DEPUTADO DIEGO
GARCIA É DESIGNADO
RELATOR DA
SUBCOMISSÃO ESPECIAL
PARA OS DIREITOS
DAS CRIANÇAS E DOS
ADOLESCENTES

ADOLESCENTES
FORMAM UM GRUPO
VULNERÁVEL NA
SOCIEDADE, E QUE
MERECE ESPECIAL
PROTEÇÃO POR PARTE
DO ESTADO ??



Os trabalhos do colegiado terão como foco três grandes eixos: fortalecimento dos vinculos familiares, proteção da infância e da adolescência e impacto da pandemia no desenvolvimento das crianças e adolescentes

"Crianças e adolescentes formam um grupo vulnerável na sociedade, e que merece especial proteção por parte do Estado", é o que afirma o deputado federal Diego Garcia (Podemos/PR). O parlamentar foi designado relator da mais nova subcomissão especial da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania(CCJ), criada para tratar sobre os direitos das crianças e dos adolescentes.

Ao lado de Caroline de Toni (PSL/SC) e Paula Belmonte (Cidadania/DF) - presidente e vice da subcomissão, respectivamente - Diego Garcia apresentou, nesta terça-feira (19), o plano de trabalho que guiará as ações até o fim deste ano. Instalada, a subcomissão irá realizar estudos no âmbito dos direitos de crianças e adolescentes, além de apresentar proposições legislativas e discutir propostas pendentes de deliberação na CCJC.

"Hoje é amplamente conhecida a importância da primeira infância para o desenvolvimento infantil, com consequências duradouras na vida da criança – sejam elas positivas ou negativas", sublinha Garcia, também presidente da Frente Parlamentar pela Vida e Família.

O parlamentar exemplifica este conceito citando estudos de traumas sofridos neste período da vida, que podem se transformar em gatilhos de problemas de saúde mental ao longo da vida. Por outro lado, crianças com desenvolvimento adequado nesses primeiros anos de vida estão em melhores condições para aprender na escola e para relacionar-se com os outros. Baseado nestes estudos, Diego acredita que o investimento na primeira infância traz um alto retorno para a sociedade.

### OS SONHOS DAS CRIANÇAS SÃO RESPONSABILIDADE NOSSA

Os primeiros direitos que as crianças têm são a proteção e o sonho

O mês de outubro, por abrigar as comemorações do Dia das Crianças, é um mês em que a alegria, a diversão e o sonho se fazem presentes. "Toda criança tem o direito de sonhar e ninguém pode cercear o seu sonho. Puras e sábias em sua inocência, as crianças são tijolinhos que constroem a esperança de vida melhor, de um futuro mais próspero em família, são tijolinhos de carinho e muitas alegrias. É é por isso que nós, os adultos, devemos incentivá-las. É nossa responsabilidade", afirma o deputado federal Josivaldo JP (Podemos-MA).

Para o parlamentar maranhense, é importante que o legislador, ao tratar das pautas de proteção à criança, tenha em mente alguns princípios: importância da família; o estímulo ao desenvolvimento das habilidades cognitivas, que acontece na primeira infância; a importância da escola e dos estudos; a importância do Estado promover condições de vida saudável, o que inclui a segurança, tanto no sentido de protegê-la da violência quanto promover a segurança alimentar; o incentivo a práticas esportivas, ao lazer e o acesso à saúde preventiva, como acontece com as campanhas de vacinação. E a importância das noções de cidadania. Com isso, acredita o deputado federal JP, a criança consegue desenvolver as suas próprias lições de caráter.

Josivaldo JP defende que se algum adulto não quiser perseguir o seu sonho de criança ou de jovem, isso é um problema que interessa somente a ele, pois o adulto sabe discernir as suas escolhas. Porém, se a criança tem um sonho e quer persegui-lo, então, isso deve ser uma responsabilidade de todos, principalmente das pessoas públicas, dos parlamentares, trabalhando para criarem condições e meios, no âmbito das suas funções constitucionais, para que as crianças vivam os seus sonhos à medida que crescem.

"O fato é que também aprendemos com o espírito da criança: a vontade de conhecer, de ir além do reconhecido, ousar. Sou um empreendedor nato, e percebi isso muito menino, ainda que sem saber exatamente o significado dessa palavra, aos 14 anos. E hoje, entendo que toda criança nasce, de alguma maneira, com esse espírito empreendedor. A cultura, a família, a política de alguma forma tolhe esse espírito. A criança tem uma vontade imensa de descobrir, de desbravar, conhecer o mundo ao seu redor e ainda o mundo distante da sua realidade, e tem vontade de realizar coisas com aquilo que vê e aprende. Não devemos e não podemos impedi-las. Ao contrário! Cada direito das crianças é um dever nosso. É nossa obrigação protegê-las e também incentivá-las", finaliza o deputado federal Josivaldo JP.



# COMISSÃO APROVA PROJETO DE TEOBALDO PARA ISENÇÃO DE IPI PARA COMPRA DE COMPUTADORES E TABLETS POR ALUNOS DE BAIXA RENDA

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou proposta que concede a estudantes matriculados em instituições públicas de educação básica isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de computadores pessoais, smartphones, tablets, notebooks e modems produzidos no País e com valor unitário de até R\$ 3 mil. O projeto é de autoria do deputado Ricardo Teobaldo (Podemos-PE).

Atualmente, segundo Ricardo Teobaldo, os equipamentos eletrônicos pessoais produzidos no País, e seus acessórios, não recolhem a contribuição para o PIS/Pasep e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Para ele, "a isenção do IPI é mais uma forma de incentivar a inclusão digital de alunos e professores de escolas públicas."

A isenção é válida para equipamentos com preço de até R\$ 3 mil e obriga o estudante a pagar o IPI dispensado se o produto for vendido antes do prazo de 4 anos. A isenção, no entanto, só é válida para estudantes de famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).



Parlamentar de primeiro mandato e advogado com especialização em Direito Previdenciário, o Deputado Federal Rodrigo Coelho (Podemos-SC) trabalha na Câmara pela aprovação de pautas a favor da modernização dos serviços públicos e do incentivo à inovação, a fim de melhorar a vida dos brasileiros. Ele é membro da Frente Parlamentar Mista de Economia e Cidadania Digital - Frente Digital e tem ampliado os estudos sobre uma iniciativa legislativa que vem ganhando repercussão. Coelho já se mostra favorável pela garantia de proteções previdenciárias para entregadores e motoristas de aplicativos, como Uber, 99, iFood, etc).

"Tenho ouvido empresas, entidades e os motoristas sobre essa demanda e penso ser urgente a inclusão previdenciária desses profissionais para que tenham acesso, por exemplo, à proteção contra acidentes, licença maternidade, pensão por morte e inclusão do tempo de contribuição para aposentadoria", comenta.

Ainda de acordo com Coelho, o assunto ganha mais importância pelo número de cidadãos que atualmente estão desassistidos pelo Governo. "O Brasil conta com quase 1,5 milhão de trabalhadores do setor de transporte de passageiros e de mercadorias que não recebem nenhum tipo de benefício previdenciário", alerta o Deputado. Essas pessoas exercem uma atividade que cresceu bastante durante a pandemia, mas que não configura vínculo empregatício.

"As relações de trabalho se modificaram e estão em constante transformação. Cabe a nós, legisladores, garantirmos o amparo e cobertura para esses trabalhadores. O digital precisa ser visto como uma nova ferramenta de inclusão e de oferta de trabalho", opina.





### PROJETO DE LÉO MORAES PÕE BRASIL NA VANGUARDA DO MARCO LEGAL DA IA

### PARLAMENTAR RONDONIENSE É AUTOR DO PL 240/2020, QUE CRIA A LEI DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Projeto de Lei da Inteligência Artificial, proposto pelo deputado federal Léo Moraes (Podemos-RO) e que representa um Marco Legal do setor no Brasil, foi aprovado pela Câmara dos Deputados. A relatora do projeto nas Comissões temáticas e no Plenário, deputada Luísa Canziani (PTB-PR), apresentou substitutivo às matérias que tramitavam na Casa, estruturado em torno da proposta de Léo Moraes.

Segundo o deputado, "a evolução dos estudos de tecnologia e inovação estão exigindo respostas rápidas dos diversos parlamentos mundiais como forma de criar um novo campo do Direito, com novos dispositivos de regulação governamental sobre o crescente número de empresas e negócios envolvidos no desenvolvimento das novas tecnologias, especificamente a tecnologia cognitiva mais conhecida como Inteligência Artificial".

O parlamentar rondoniense acercou-se de cuidados, como transparência, segurança e confiabilidade, proteção da privacidade dos dados pessoais e do direito autoral, respeito à ética, aos direitos humanos e aos valores democráticos. Em seu projeto, ficam claras, como diretrizes da Inteligência Artificial, a observância dos limites sociais e a proteção ao patrimônio público e privado. O texto estabelece também estabelece padrões éticos e morais na introdução da Inteligência Artificial.

Redução de impostos dos combustíveis

O deputado Léo Moraes (Podemos-RO) assinou o

requerimento apresentado pelo deputado Nereu Crispim (PSL-RS), que propõe a criação e instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), destinada a investigar o motivo dos altos preços do gás de cozinha e combustíveis. Ao mesmo tempo o parlamentar rondoniense apresentou projeto de lei complementar que define que os coeficientes de redução da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre os combustíveis, sejam equiparados proporcionalmente à redução das alíquotas de ICMS.

Em sua justificativa, Léo Moraes diz que o Congresso Nacional deve aproveitar a oportunidade em que o próprio Governo Federal promove discussão sobre a necessidade de redução da carga tributária incidente sobre os combustíveis, para viabilizar soluções democráticas para a questão.

O projeto apresentado por Léo Moraes busca "estabelecer um marco regulatório que viabilize um esforço conjunto entre a União Federal e os Estadosmembros, para redução da tributação sobre esses bens, cujo preço tem especial impacto sobre o custo de vida do brasileiro".

Sua proposta prevê a redução automática dos principais tributos federais e estaduais sobre os combustíveis – a Contribuição para o PIS/Pasep, a Cofins e o ICMS sempre que houver redução pelo Poder Executivo.



### DEPUTADO JOSÉ NELTO APRESENTA PROJETO PARA INSERIR EMPREENDEDORISMO E EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO CURRÍCULO ESCOLAR NACIONAL

Em busca de aprimorar o ensino e qualificar adolescentes e jovens para o mercado de trabalho, o Deputado Federal José Nelto (Podemos-GO) apresentou o Projeto de Lei 3426/2021, que altera a Lei de diretrizes e bases da educação nacional, para incluir Educação Empreendedora e Educação Financeira na matriz curricular nacional do ensino fundamental e médio.

Segundo o autor, o empreendedorismo é fator crucial para o desenvolvimento da economia, seja local, estadual ou nacional. No entanto, este tema ainda é distante da realidade da sala de aula. Nesse sentido, a capacitação profissional é um tema que merece constar do processo de desenvolvimento intelectual de nossas crianças e adolescentes.

"Como se sabe, a escola é o celeiro de formação, preparação, e deve promover condições para a busca de conhecimento, de modo que a inclusão de tais temas no currículo escolar é de suma importância", destacou o Deputado Federal José Nelto.

A pesquisa Global Entrepreneurship Monitor (GEM), realizada pelo Sebrae, aponta que o Brasil é o primeiro colocado no ranking de empreendedorismo. Não obstante atualmente ocupar a 7º posição da referida classificação, possuindo lugar de destaque. Para o deputado federal, demonstra que a população brasileira tem grande interesse pelo mundo dos negócios.

CELEIRO DE
FORMAÇÃO,
PREPARAÇÃO, E
DEVE PROMOVER
CONDIÇÕES
PARA A BUSCA DE
CONHECIMENTO,
DE MODO QUE
A INCLUSÃO
DE TAIS TEMAS
NO CURRÍCULO
ESCOLAR
É DE SUMA
IMPORTÂNCIA ??

66 NOSSO OBJETIVO, COMO ÓRGÃO
PARTIDÁRIO, É CONSOLIDAR A PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA DAS MULHERES E, COM ISSO, NOS
FORTALECER PARA O ENFRENTAMENTO DOS
PROBLEMAS SOCIAIS DO BRASIL, RUMO À
CONQUISTA DA CIDADANIA PLENA ??

### RENATA E PODEMOS MULHER MOBILIZADOS PARA AUMENTAR PRESENÇA FEMININA NO PODER

'Que a mudança comece por mim'. Este foi o tema do 2º Seminário Nacional do Podemos Mulher, realizado nos dias 1º e 2 de outubro na Zona Sul da Capital paulista. O encontro reuniu prefeitas, vereadoras, presidentes estaduais e municipais, coordenadoras e secretárias do Podemos Mulher de todo o país. Ao final dos dois dias de planejamento e alinhamento de metas, as participantes regressaram para suas bases de atuação determinadas a fazer a diferença nas eleições de 2022.

Desde seu ingresso na política, a presidente nacional do Podemos, deputada federal Renata Abreu (SP), tem trabalhado para cativar as mulheres e aumentar a participação feminina nesse campo. Para ela, conseguir a paridade política é condição fundamental para que a desigualdade estrutural de nossa sociedade se modifique para que os direitos de ambos os sexos sejam reconhecidos e praticados efetivamente.

"É necessário construir estratégias para aumentar a presença das mulheres nos espaços institucionais da política. E isso deve começar dentro dos partidos", explica Renata Abreu, que complementa: "A construção de políticas públicas capazes de responder às demandas sociais precisa da participação de mais mulheres, que têm o olhar e a sensibilidade no trato dessas demandas."

Para Renata, a mulher precisa ocupar espaços no poder. "A nossa missão é inspirar mais mulheres a se engajarem neste propósito. Temos de entender como elas pensam e como motivá-las. Nós somos do tamanho dos nossos sonhos. Essa é a nossa luta! E a nossa dedicação vai fazer a diferença. Não queremos o Brasil dividido entre direita e esquerda. Queremos o Brasil dividido entre honestos e desonestos. E que os honestos venham para nosso movimento do Podemos", discursou a dirigente partidária para a plateia feminina.

Para a presidente nacional do Podemos Mulher, Márcia Pinheiro, políticas públicas voltadas às mulheres nascem do engajamento popular. "Temas femininos precisam ser tratados como prioridade em todo o território nacional. Reunir essas mulheres podemistas, que atuam em cada canto do país, é fundamental para que possamos aumentar o número de mulheres eleitas em 2022."



### ROBERTO DE LUCENA PRESIDE COMISSÃO GERAL SOBRE A FOME NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

O deputado Roberto de Lucena (Podemos-SP) presidiu na Câmara dos Deputados, em Brasília, uma Comissão Geral para debater a fome no Brasil. A comissão que se reuniu pela primeira vez no dia 5 de outubro foi intitulada como "fome, uma mazela social agravada pela crise econômica e social ocasionada pela pandemia da Covid-19" e proposta pelo parlamentar em maio deste ano.

"A fome atingiu 19 milhões de brasileiros no fim de 2020. Ao todo, quase 120 milhões de pessoas enfrentam algum grau de insegurança alimentar. Isso é questão de dignidade e precisamos ir além e discutir ações tripartites, articulando junto ao governo, organizações privadas e religiosas, a fim de erradicar essa triste realidade", declarou Lucena.

Na ocasião, estiveram como convidados, a presidente do Instituto EcoVida e vice-presidente do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), Aldenora González; o secretário municipal de Assistência Social de Foz do Iguaçu (PR) e presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas), Elias de Souza Oliveira; o deputado André Janones (Avante-MG); o cientista social Marcel Lins Camargo, especialista em Globalização e Cultura; a economista Tereza Campello, ex-ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; o integrante da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST Brasil) Rud

Rafael; o presidente da Fundação Papa João 23 (Funpapa) e responsável pela área de assistência da prefeitura de Belém (PA) e do programa de renda emergencial Bora Belém, Alfredo Costa; a economistachefe do Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa, Juliane Furno; o professor de Desenvolvimento Agroindustrial e Política Agrícola pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) José Giacomo Baccarin; a presidente do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social do Ceará (Coegemas-CE) e secretária municipal de Assistência Social de São Benedito (CE), leda Maria Nobre de Castro; o presidente da Associação dos Produtores de Leite - Aproleite Goiás, Marco Sérgio Batista Xavier.

De acordo com o parlamentar, a fome só chegará ao fim quando cada cidadão brasileiro fizer um compromisso de solidariedade. "Temos que nos organizar melhor e fazermos da solidariedade uma política pública e um compromisso de cada cidadão brasileiro. Só assim acabaremos com a fome no Brasil. Vamos lutar pra isso", enfatizou.

Roberto de Lucena é presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos Humanos e pela Justiça Social e do Grupo Parlamentar Brasil-ONU (GPONU), que tem como objetivo perseguir ideais contidos na agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), como erradicação da pobreza, promoção de saúde e bem estar e combate aos crimes que violam os Direitos Humanos.



## MEDEIROS É O DEPUTADO DO PODEMOS MAIS INFLUENTE NAS REDES SOCIAIS

Pelo sétimo ano consecutivo, o deputado federal José Medeiros (Podemos-MT) figura como o parlamentar de Mato Grosso mais influente nas redes sociais, conforme levantamento feito pelo FSB influência Congresso, principal ranking que acompanha o desempenho dos políticos no mundo virtual.

A pesquisa mais recente, que foi realizada entre 12 a 18 de outubro, divulgada no dia 20, aponta ainda que, entre os 513 deputados federais, o parlamentar mato-grossense é o 10° colocado no ranking geral dos mais influentes da Câmara Federal e o único do PODEMOS entre os 20 mais bem colocados.

"O levantamento do FSBinfluência mostra o comprometimento com os eleitores e com a defesa dos interesses da população mato-grossense e brasileira. As redes sociais diminuíram a distância entre o político e a sociedade e também deu mais transparência ao trabalho parlamentar. O político que ignorar esse canal de comunicação com a sociedade demonstra total desprezo com seu eleitor e está fadado ao insucesso", destaca Medeiros.

No top 10 dos mais influentes do país, Medeiros possui quase 800 mil seguidores nas redes sociais, somando Facebook, Twitter e Instagram. O levantamento, contudo, leva em conta o engajamento, ou seja, o sucesso dos compartilhamentos e o quanto a conta consegue ser "viral", atingindo o máximo de pessoas possíveis.

Medeiros é o político de Mato Grosso com mais seguidores nas redes. A posição e o crescimento orgânico de Medeiros nas plataformas se fortalecem em função do seu posicionamento crítico com relação ao Governo de Mato Grosso e a defesa das políticas de Direita, em proteção da família e da liberdade.

### Metodologia

O índice FSBinfluênciaCongresso é calculado levando-se em consideração o número de seguidores, o alcance, os posts, a eficiência, as interações e o engajamento registrados no Facebook, no Instagram e no Twitter durante o período de análise.

A fórmula utilizada no cálculo da nota do parlamentar atribui pesos diferentes a cada critério e a cada rede social. Além da posição no ranking, o FSB compara a performance do parlamentar em relação ao seu próprio histórico pessoal nas redes.

https://fsbinfluencia.fsb.com.br/card/parlamentar/115/D265?JOSE-MEDEIROSd





Brasileiros não aguentam mais pagar tantos impostos: 41% dos salários dos trabalhadores ficam para pagar impostos.

O deputado federal Igor Timo (Podemos-MG), líder do partido na Câmara Federal, cobrou da Petrobras, durante sessão plenária no Congresso, que a estatal apresente a base de cálculo usada para reajustar os preços dos combustíveis. O parlamentar destaca que é um absurdo o litro da gasolina custar R\$ 7, em um país que ainda precisa se reerguer economicamente da crise provocada pela pandemia da COVID-19.

Segundo Igor Timo, os brasileiros estão clamando por socorro e cabe aos parlamentares defender a população, que não aguenta mais trabalhar e deixar 41% dos salários para pagar impostos no Brasil.

"Não dá para aceitar. Os preços da gasolina, álcool e diesel subiram 11 vezes só este ano. A pergunta que faço é: se os brasileiros não estão tendo o básico, que é comida na mesa, como vão conseguir pagar esses preços assustadores dos combustíveis? Parece que andar de carro virou um artigo de luxo, algo que é necessário para locomoção diária das pessoas, está a cada dia mais difícil de manter", finalizou Timo.

De acordo com os dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) divulgados pelo IBGE, no acumulado nos últimos 12 meses, até setembro, a gasolina subiu 39,6% no país e o gás de botijão avançou 34,67%.

IGOR TIMO PEDE À
PETROBRAS QUE
APRESENTE BASE
DE CÁLCULOS PARA
JUSTIFICAR GASOLINA
CUSTAR R\$ 7 NO PAÍS,
PREÇO DE OURO



A Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (19) o projeto de lei 4219/20, de autoria do deputado Bacelar (Podemos-BA), que prevê a destinação de R\$ 3 bilhões para ações emergenciais de apoio ao setor cultural e aos trabalhadores ligados diretamente às festas juninas e ao Carnaval. O parecer favorável, elaborado pelo deputado pernambucano Túlio Gadêlha, foi aprovado por unanimidade e segue agora para comissão de Tributação e Finanças.

Batizado de Lei Moraes Moreira, o projeto propõe três mecanismos de compensação aos trabalhadores. São eles: renda mensal emergencial, subsídio para manutenção de espaços e de entidades relacionados aos festejos e incentivo público.

Bacelar explica que os trabalhadores dos festejos, prejudicados pela pandemia, receberão um auxílio emergencial de R\$ 600 que será pago em três parcelas. Assim como em 2020, a mulher chefe de família terá direito a R\$ 1.200 durante três meses.

Para o autor, a saída é uma lei específica para estas duas festas, que possuem grande importância econômica para o país. "Este projeto procura sinalizar para a indústria carnavalesca, para as bandas de forró, os produtores musicais, compositores e produtores de fogos de artificios que o Estado brasileiro valoriza a cultura e a arte por eles produzida", diz Bacelar.

Grandes nomes do carnaval e do São João já se posicionaram favorável ao projeto. O presidente da Estação Primeira de Mangueira, Elias Riche, ressaltou que a agilidade na aprovação da matéria é essencial na vida de muitas famílias brasileiras. Segundo ele, escola de samba tem um projeto social que atende mais de 30 mil jovens cariocas, mas que está desamparado. "Tenho certeza que a Moraes Moreira vai fazer a diferença", completou.

VALORIZA A CULTURA E A ARTE POR ELES PRODUZIDA?

